



Energisa Sergipe | Resultados do 3º trimestre de 2012

Aracaju, 8 de novembro de 2012 - A Administração da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Sergipe” ou “Companhia”) apresenta as Informações Trimestrais relativas aos primeiros nove meses de 2012 (9M12), preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

1 - Perfil do Negócio e Considerações Gerais

A Energisa Sergipe é uma distribuidora de energia elétrica que atende a aproximadamente 645 mil consumidores e uma população de 1,8 milhão de habitantes em 63 municípios do Estado de Sergipe.

1.1 - Qualidade de gestão reconhecida

A Energisa teve mais uma vez a qualidade da sua gestão reconhecida. A empresa foi premiada com o inédito Troféu Ouro no Prêmio Excelência Sergipe Ciclo 2011/2012 - PEXSE. A Energisa entra para a história do Prêmio como a primeira empresa sergipana a atingir ouro na premiação do Nível 2 - Rumo à Excelência, reservado às organizações que estão em estágio mais avançado de implantação das práticas de gestão adequadas às exigências dos critérios de Excelência.

O PEXSE, coordenado pelo Movimento Competitivo Sergipe e lançado em 2006, é um projeto utilizado para promover a melhoria da qualidade da gestão e o aumento da competitividade das organizações no estado de Sergipe, reconhecendo aquelas que se destacam pela excelência de suas práticas e respectivos resultados. O Prêmio utiliza os mesmos critérios do Modelo de Excelência na Gestão da Fundação Nacional da Qualidade - FNQ - que, por sua vez, está em consonância com o estado da arte em Gestão mundial, que são: Liderança, Estratégias e Planos, Clientes, Sociedade, Informações e Conhecimento, Pessoas, Processos e Resultados.

Resume-se o desempenho econômico-financeiro da Companhia nos primeiros nove meses do exercício:

Indicadores Operacionais e Financeiros

Descrição	9M12	9M11	Variação %
Resultados - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	785,4	678,6	+ 15,7
Receita Operacional Líquida	547,0	464,5	+ 17,8
Resultado antes das receitas e despesas financeiras (EBIT)	85,3	82,0	+ 4,0
EBITDA	116,7	117,6	- 0,8
EBTIDA Ajustado	125,0	124,3	+ 0,6
Resultado Financeiro	(33,0)	(42,5)	- 22,4
Resultado antes dos impostos	52,3	39,5	+ 32,4
Lucro Líquido	45,1	34,4	+ 31,1
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Ativo Total	1.094,9	1.009,4	+ 8,5
Caixa / Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	131,4	111,5	+ 17,8
Patrimônio Líquido	354,6	344,0	+ 3,1
Endividamento Líquido	449,8	402,4	+ 11,8
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	645,0	617,4	+ 4,5
Vendas de Energia Elétrica aos Consumidores Cativos (GWh)	1.673,1	1.604,6	+ 4,3
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	2.396,8	2.327,5	+ 3,0
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	10,02	10,44	- 0,42 p.p
Indicadores Relativos			
EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%)	22,9	26,8	- 3,9 p.p
Endividamento líquido / EBITDA Ajustado 12 meses (vezes)	2,7	2,6	+ 3,8

2 - Desempenho Econômico e Financeiro
2.1 - Lucro Líquido

A Energisa Sergipe registrou **lucro líquido de R\$ 45,1 milhões** em 9M12 (R\$ 230,88 por ação), dos quais R\$ 4,0 milhões (R\$ 20,46 por ação) foram apurados no 3T12. O lucro líquido em 9M12 representa um aumento de 31,1% em relação ao registrado em 9M11.

Esse avanço do lucro líquido em 9M12 decorre em parte do acréscimo de 17,8% (ou R\$ 82,5 milhões) da receita operacional líquida no período, aliado ao menor crescimento relativo das despesas operacionais, o que favoreceu a geração operacional de caixa (EBITDA). As despesas operacionais cresceram R\$ 79,1 milhões nos primeiros nove meses de 2012. Consequentemente, a Energisa Sergipe apresentou geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) de R\$ 125,0 milhões, o que significa um aumento de 0,6% (ou R\$ 0,7 milhão) em relação ao valor registrado em 9M11.

A variação das despesas financeiras líquidas também contribuiu para a melhoria do lucro líquido nos primeiros nove meses de 2012. Essas despesas mostraram uma redução de 22,4% (ou R\$ 9,5 milhões) no período.

Apresenta-se a seguir a evolução e composição do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia:

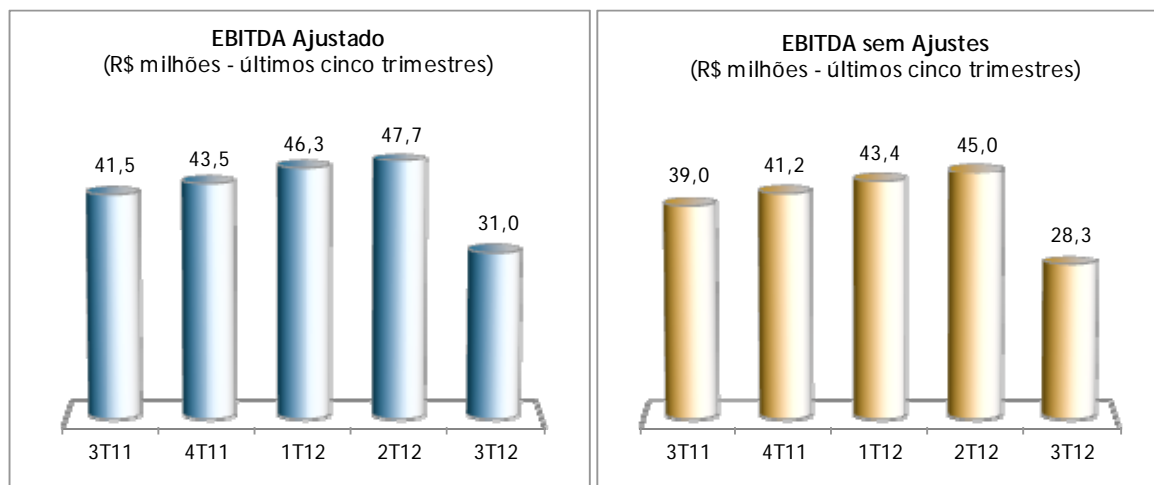
Composição e evolução do lucro líquido (R\$ milhões)	Trimestre			9 meses		
	3T12	3T11	Var. %	9M12	9M11	Var. %
(=) Receita operacional líquida	182,4	154,3	+ 18,1	547,0	464,5	+ 17,8
(=) Resultado antes das receitas e despesas financeiras (EBIT)	16,8	27,7	- 39,4	85,3	82,0	+ 4,0
(+) Resultado financeiro (receitas menos despesas financeiras)	(14,4)	(14,0)	+ 2,9	(33,0)	(42,5)	- 22,4
(+) Contribuição social e imposto de renda	1,6	(2,2)	-	(7,2)	(5,1)	+ 41,2
(=) Lucro Líquido	4,0	11,5	- 65,2	45,1	34,4	+ 31,1

Evolução da geração de caixa

Composição da geração de caixa (EBITDA) (R\$ milhões)	Trimestre			9 meses		
	3T12	3T11	Var. %	9M12	9M11	Var. %
(=) Lucro Líquido	4,0	11,5	- 65,2	45,1	34,4	+ 31,1
(-) Contribuição social e imposto de renda	1,6	(2,2)	-	(7,2)	(5,1)	+ 41,2
(-) Resultado financeiro	(14,4)	(14,0)	+ 2,9	(33,0)	(42,5)	- 22,4
(-) Depreciação e amortização	(11,5)	(11,3)	+ 1,8	(31,4)	(35,6)	- 11,8
(=) Geração de caixa (EBITDA)	28,3	39,0	- 27,4	116,7	117,6	- 0,8
(+) Receita de acréscimos moratórios	2,7	2,5	+ 8,0	8,3	6,7	+ 23,9
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	31,0	41,5	- 25,3	125,0	124,3	+ 0,6
Margem do EBITDA Ajustado	17,0	26,9	- 9,9 p.p	22,9	26,8	- 3,9 p.p

Resultados 3º trimestre de 2012

A evolução do EBITDA e EBITDA Ajustado da Energisa Sergipe nos últimos cinco trimestres pode ser assim demonstrada:



2.2 - Receita operacional bruta e líquida

A receita operacional bruta da Companhia totalizou R\$ 785,4 milhões em 9M12, contra R\$ 678,6 milhões em igual período do ano passado, ou seja, um aumento de 15,7% (ou R\$ 106,8 milhões). No 3T12, a receita operacional bruta foi de R\$ 256,8 milhões, o que representa um aumento de 13,6% (ou R\$ 30,7 milhões) em relação ao 3T11.

A receita operacional líquida, por sua vez, cresceu 17,8% (ou R\$ 82,5 milhões) em 9M12 para R\$ 547,0 milhões. No 3T12, a receita operacional líquida aumentou 18,1% (ou R\$ 28,0 milhões) em relação ao 3T11, totalizando R\$ 182,4 milhões.

A composição da receita operacional bruta e da receita operacional líquida assim se apresenta:

Receita por Classe de Consumo Valores em R\$ milhões	Trimestre			9 meses		
	3T12	3T11	Variação em R\$ milhões	9M12	9M11	Variação em R\$ milhões
(+) Receita de energia elétrica (mercado próprio)	208,1	191,7	+ 16,4	657,0	569,2	+ 87,8
• Residencial	95,8	83,7	+ 12,1	302,3	253,6	+ 48,7
• Industrial	23,5	29,3	- 5,8	81,5	79,5	+ 2,0
• Comercial	54,1	48,0	+ 6,1	167,5	143,1	+ 24,4
• Rural	4,5	3,7	+ 0,8	16,5	12,7	+ 3,8
• Outras classes	30,2	27,0	+ 3,2	89,2	80,3	+ 8,9
(+) Suprimento de energia elétrica	5,3	5,2	+ 0,1	17,1	16,1	+ 1,0
(+) Fornecimento não faturado	(1,9)	(2,3)	+ 0,4	(5,9)	(0,8)	- 5,1
(+) Disponibilização do sistema elétrico	13,9	13,5	+ 0,4	39,8	35,7	+ 4,1
(+) Receitas de construção	26,6	17,5	+ 9,1	64,1	46,1	+ 18,0
(+) Outras receitas	4,8	0,5	+ 4,3	13,3	12,3	+ 1,0
(=) Subtotal - Receita operacional bruta consolidada	256,8	226,1	+ 30,7	785,4	678,6	+ 106,8
(-) Impostos sobre receitas	(65,1)	(59,7)	- 5,4	(204,3)	(178,6)	- 25,7
(-) Encargos setoriais	(9,3)	(12,0)	+ 2,7	(34,1)	(35,5)	+ 1,4
(=) Total - Receita operacional líquida consolidada	182,4	154,4	+ 28,0	547,0	464,5	+ 82,5

2.2.1 - Reajuste tarifário anual: a Energisa Sergipe obteve em 22 de abril de 2012 um aumento médio de 4,97% nas suas tarifas de energia elétrica.

2.3 - Despesas operacionais

2.3.1 - Despesas operacionais na distribuição e serviços de energia elétrica

Em 9M12, as despesas operacionais na distribuição e serviços de energia elétrica da Energisa Sergipe atingiram R\$ 397,5 milhões, com crescimento de 18,2% (ou R\$ 61,1 milhões) em relação ao valor registrado em 9M11. No 3T12, o aumento destas mesmas despesas foi de 27,2% (ou R\$ 29,7 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado.

2.3.1.1 - Despesas controláveis na distribuição e serviços de energia elétrica

As despesas controláveis (pessoal, material e serviços de terceiros) na distribuição e serviços de energia elétrica aumentaram 12,8% (ou R\$ 10,2 milhões) em 9M12, para R\$ 89,6 milhões. No 3T12, o aumento das despesas controláveis foi de 30,9% (ou R\$ 7,6 milhões) em relação ao 3T11.

2.3.2 - Custos de construção

A Energisa Sergipe reconhece receitas e os custos decorrentes de construção da infraestrutura utilizada na concessão dos serviços de energia elétrica, atribuindo a esta atividade margem zero. Em 9M12, os custos de construção totalizaram R\$ 64,1 milhões (R\$ 26,6 milhões no 3T12), contra R\$ 46,1 milhões em 9M11 (R\$ 17,5 milhões no 3T11).

2.3.3 - Despesas operacionais totais

Em 9M12, as despesas operacionais da Energisa Sergipe totalizaram R\$ 461,6 milhões, um crescimento de 20,7% (ou R\$ 79,1 milhões) em relação ao valor registrado em 9M11. No 3T12, o aumento das despesas operacionais totais foi de 30,6% (ou R\$ 38,8 milhões) em relação ao 3T11.

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais (R\$ milhões)	Variação em			Variação em		
	3T12	3T11	R\$ milhões	9M12	9M11	R\$ milhões
1 - Despesas controláveis	32,2	24,6	+ 7,6	89,6	79,4	+ 10,2
1.1 - Pessoal (inclui fundo de pensão)	19,6	13,8	+ 5,8	49,5	42,3	+ 7,2
1.2 - Material	1,7	1,5	+ 0,2	7,1	6,9	+ 0,2
1.3 - Serviços de terceiros	10,9	9,3	+ 1,6	33,0	30,2	+ 2,8
2 - Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	86,6	71,8	+ 14,8	257,7	215,0	+ 42,7
3 - Depreciação e amortização	11,5	11,3	+ 0,2	31,4	35,6	- 4,2
4 - Provisões para contingências e devedores duvidosos	(0,5)	(0,1)	- 0,4	5,7	0,5	+ 5,2
5 - Outras despesas / receitas	9,1	1,6	+ 7,5	13,1	5,9	+ 7,2
Subtotal (1+2+3+4+5)	138,9	109,2	29,7	397,5	336,4	+ 61,1
6 - Custo de construção	26,6	17,5	+ 9,1	64,1	46,1	+ 18,0
Total	165,5	126,7	+ 38,8	461,6	382,5	+ 79,1

Resultados 3º trimestre de 2012

2.4 - Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido (receitas financeiras menos despesas financeiras) em 9M12 representou uma despesa financeira líquida de R\$ 33,0 milhões (R\$ 14,4 milhões no 3T12), contra uma despesa financeira líquida de R\$ 42,5 milhões em 9M11 (R\$ 14,0 milhões no 3T11).

O quadro a seguir apresenta as dívidas de curto e longo prazo, líquidas de disponibilidades financeiras (caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras) da Energisa Sergipe em 30 de setembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011:

Descrição	30/09/2012	31/12/2011
Valor em R\$ milhões		
Curto Prazo	265,4	62,3
Empréstimos, financiamentos e debêntures	256,6	47,7
Encargos de dívidas	7,1	12,5
Parcelamento de impostos	1,7	2,1
Longo Prazo	315,8	446,1
Empréstimos, financiamentos e debêntures	309,0	446,1
Parcelamento de impostos	6,8	-
Total das dívidas (*)	581,2	508,4
(-) Disponibilidades financeiras	131,4	111,7
Total das dívidas líquidas	449,8	396,7

(*) Em 30 de setembro de 2012, R\$ 367,8 milhões (63,3%) do total das dívidas estão representados em dólares.

3 - Desempenho Operacional

3.1 - Mercado de Energia

No 3T12, as vendas de energia elétrica aos consumidores cativos atendidos pela Energisa Sergipe mostraram um crescimento menor em relação ao 2T12, atingindo 528,4 GWh, ou seja, um avanço de 1,8% sobre o valor apurado em igual trimestre de 2011. O consumo da classe rural foi o destaque no trimestre, com crescimento de 20,1%, seguido da classe comercial, com crescimento de 6,0%. Já as classes industrial cativa e livre registraram, juntas, redução de 1,7%. Consequentemente, a energia elétrica total distribuída, considerando consumidores cativos e livres, suprimento e fornecimento não faturado, totalizou 763,8 GWh no 3T12, o que representa uma redução de 1,7% em relação ao igual trimestre do ano passado.

No acumulado de 9M12, o consumo no mercado cativo cresceu 4,3% em relação aos 9M11 e a energia total distribuída foi de 2.396,8 GWh, ou seja, 3,0% maior na mesma base de comparação.

O quadro a seguir mostra a evolução do mercado de energia elétrica por segmento ao longo dos primeiros nove meses de 2012:

**Mercado de Energia Elétrica por Segmento
(Em GWh)**

Descrição	Trimestre			9 meses		
	3T12	3T11	Variação %	9M12	9M11	Variação %
a) Vendas de Energia no Mercado Próprio	528,4	519,1	+ 1,8	1.673,1	1.604,6	+ 4,3
* Residencial	200,2	193,3	+ 3,6	633,1	605,0	+ 4,6
* Industrial	77,0	91,9	- 16,2	237,8	263,2	- 9,7
* Comercial	111,9	105,6	+ 6,0	360,8	331,9	+ 8,7
* Rural	17,9	14,9	+ 20,1	78,0	57,7	+ 35,2
* Outras classes	121,4	113,4	+ 7,1	363,4	346,8	+ 4,8
b) Suprimento de Energia Elétrica	58,8	93,8	- 37,3	191,6	242,4	- 21,0
c) Fornecimento não Faturado Líquido	(5,3)	(7,2)	- 26,4	(7,3)	(6,7)	+ 9,0
d) Vendas Totais de Energia (a+b+c)	581,9	605,7	- 3,9	1.857,4	1.840,3	+ 0,9
e) Energia associada aos Consumidores Livres	181,9	171,5	+ 6,1	539,4	487,2	+ 10,7
f) Energia Elétrica Total Distribuída (d+e)	763,8	777,2	- 1,7	2.396,8	2.327,5	+ 3,0

3.2 - Gestão das perdas de energia elétrica

Mantendo as ações gerenciais visando à redução das perdas de energia, a Energisa Sergipe alcançou, nos últimos doze meses terminados em setembro de 2012, o percentual de 10,02% em perdas de energia, o que corresponde a uma melhoria de 0,42 ponto percentual em relação a igual período encerrado em setembro de 2011.

4 - Investimentos

Com o foco nos projetos que visam o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados, os investimentos da Energisa Sergipe totalizaram R\$ 73,7 milhões nos primeiros nove meses de 2012, o que representa um aumento de 31,1% em relação aos realizados em igual período do ano passado, quando foram investidos R\$ 56,2 milhões.

5 - Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Sergipe nos primeiros nove meses de 2012 foi de R\$ 269 mil, sendo: i) R\$ 117 mil pela revisão contábil das demonstrações contábeis; ii) R\$ 50 mil por serviços de procedimentos pré-acordados com a ANEEL para o Programa "Luz para Todos", e iii) R\$ 102 mil para a revisão dos processos e procedimentos relativos a obtenção de incentivos fiscais de redução do IRPJ - Sudene.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Demonstrações Financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

Energisa Sergipe		
Balanços Patrimoniais		
Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011		
(Em milhares de reais)		
	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	94.672	78.427
Aplicações no mercado aberto	33.222	29.552
Consumidores e concessionárias	96.807	108.115
Títulos de créditos a receber	8.181	10.014
Estoques	1.884	2.536
Impostos a recuperar	27.266	24.154
Despesas pagas antecipadamente	2.969	952
Baixa renda e outros créditos	47.166	37.115
Total do circulante	<u>312.167</u>	<u>290.865</u>
Não circulante		
Realizável a Longo Prazo		
Aplicações no mercado aberto	3.538	3.744
Consumidores e concessionárias	7.544	7.544
Títulos de créditos a receber	2.402	2.410
Impostos a recuperar	17.412	16.341
Créditos tributários	16.587	19.736
Depósitos e cauções vinculados	22.005	20.844
Instrumentos financeiros derivativos	13.968	6.359
Contas a receber da concessão	121.301	34.021
Outros créditos	817	868
	<u>205.574</u>	<u>111.867</u>
Investimento	593	217
Intangível	576.586	647.122
Total do não circulante	<u>782.753</u>	<u>759.206</u>
Total do Ativo	<u><u>1.094.920</u></u>	<u><u>1.050.071</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

2. Balanço Patrimonial Passivo

Energisa Sergipe Balanços Patrimoniais Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais)		
	<u>30/9/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	49.464	47.620
Encargos de dívidas	7.094	12.516
Empréstimos e financiamentos	251.737	46.202
Debêntures	4.869	1.479
Tributos e contribuições sociais	29.144	29.290
Parcelamento de impostos	1.747	2.078
Dividendos	-	8.655
Obrigações estimadas	5.548	4.018
Encargos do consumidor a recolher	2.606	2.941
Outras contas a pagar	43.103	41.891
Total do circulante	<u>395.312</u>	<u>196.690</u>
Não circulante		
Fornecedores	1.930	1.810
Empréstimos e financiamentos	164.437	308.046
Debêntures	144.610	138.079
Instrumentos financeiros derivativos	-	16.089
Tributos e contribuições sociais	7.015	7.163
Parcelamento de impostos	6.028	7.029
Provisão para contingências	20.250	20.229
Benefícios a empregados - plano de pensão	737	737
Outros	11	-
Total do não circulante	<u>345.018</u>	<u>499.182</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	329.371	319.239
Ações em tesouraria	(18)	(18)
Reservas de capital	3.348	3.348
Reservas de lucros	5.730	15.861
Dividendos adicionais propostos	-	15.769
Lucros acumulados	16.159	-
	<u>354.590</u>	<u>354.199</u>
Total do Passivo	<u>1.094.920</u>	<u>1.050.071</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

3. Demonstrações de Resultado

Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A
Demonstrações de Resultados - Nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011
 (Em milhares de reais)

	<u>9M12</u>	<u>9M11</u>
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia elétrica	651.191	568.428
Suprimento de energia elétrica	17.046	16.088
Disponibilidade do sistema elétrico	39.779	35.715
Receita de construção	64.117	46.094
Outras receitas	13.289	12.273
	<u>785.422</u>	<u>678.598</u>
Deduções à receita operacional		
ICMS faturado	137.542	119.219
PIS, Cofins e ISS	66.815	59.349
Quotas para a reserva global de reversão	6.147	4.343
Outras (PEE, CDE, CCC e P&D)	27.953	31.217
	<u>238.457</u>	<u>214.128</u>
Receita operacional líquida	<u>546.965</u>	<u>464.470</u>
Despesas (receitas) operacionais		
Pessoal (inclui fundo de pensão)	49.454	42.299
Material	7.090	6.933
Serviços de terceiros	33.036	30.216
Energia elétrica comprada para revenda	226.038	191.838
Transporte de potência elétrica	31.670	23.124
Depreciação e amortização	31.385	35.612
Provisão (reversão) para contingências /devedores duvidosos	5.738	525
Custo de construção	64.117	46.094
Outras despesas / receitas	13.123	5.838
	<u>461.651</u>	<u>382.479</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	<u>85.314</u>	<u>81.991</u>
Receita (Despesa) financeira		
Receitas de aplicações financeiras	5.661	9.265
Varição monetária e acréscimo moratório de energia vendida	8.288	6.658
Outras receitas financeiras	2.078	3.329
Encargos de dívidas - juros	(39.592)	(35.158)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(33.056)	(29.084)
(-) Transferência para ordens em curso	4.108	2.627
Marcação a mercado de derivativos	4.960	(8.010)
Instrumentos financeiros derivativos	18.731	14.882
Ajuste valor presente de ativos	1.962	412
Outras despesas financeiras	(6.179)	(7.371)
	<u>(33.039)</u>	<u>(42.450)</u>
Resultado antes dos impostos	<u>52.275</u>	<u>39.541</u>
Contribuição social e imposto de renda	(7.136)	(5.156)
Lucro líquido do período	<u>45.139</u>	<u>34.385</u>
Lucro líquido por ação do capital social - R\$	<u>230,88</u>	<u>175,87</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

4. Demonstrações do Fluxo de Caixa

Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A

Demonstrações do Fluxo de Caixa

Nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

	30/9/2012	30/9/2011
Atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	52.275	39.541
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:		
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais líquidas	68.402	63.965
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.532	671
Depreciação e amortização	28.824	35.611
Provisão para contingências	(785)	(953)
Créditos tributários	3.149	320
Valor residual de ativos permanentes baixados	11.437	15.960
Marcação Mercado Derivativos	(4.960)	8.010
Instrumentos Financeiros Derivativos	(18.731)	(14.882)
Subtotal	145.143	148.243
Variações nos ativos e passivos		
Consumidores e concessionárias	10.104	(7.089)
Títulos de créditos a receber	(2.487)	1.472
Estoques	652	(816)
Impostos a recuperar	(7.887)	(112)
Cauções e depósitos vinculados	(1.161)	(1.442)
Despesas pagas antecipadamente	(2.017)	13
Outros créditos	(8.979)	(15.758)
Fornecedores	1.965	(5.908)
Folha de pagamento	-	(2)
Tributos e contribuições sociais	418	1.040
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.144)	(2.304)
Parcelamento de impostos	(1.332)	(2.446)
Obrigações estimadas	1.531	1.625
Encargos do consumidor a recolher	(335)	(177)
Outras contas a pagar	1.224	6.127
	(12.448)	(25.777)
Caixa Líquido gerado nas atividades operacionais	132.695	122.466
Atividades de investimentos		
Aumento de capital e compra de ações de subsidiárias e outros investimentos	(376)	(45.112)
Aplicações Financeiras e Recursos Vinculados	(8.921)	(9.462)
Resgate de aplicações financeiras	7.376	23.455
Aplicações no intangível	(69.495)	(56.229)
Contribuições do consumidor, União e Estado	15.576	2.683
Caixa Líquido consumido nas atividades de investimentos	(55.840)	(84.665)
Atividades de financiamento		
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	66.367	7.348
Pagamentos de empréstimos e debêntures - principal	(35.578)	(25.151)
Pagamentos de empréstimos e debêntures - juros	(37.012)	(34.971)
Liquidação de Instrumentos Financeiros Derivativos	(982)	(3.741)
Pagamentos de dividendos	(53.405)	(10.078)
Caixa Líquido consumido nas atividades de financiamento	(60.610)	(66.593)
Aumento (Redução de Caixa e Equivalentes)	16.245	(28.792)
Saldo inicial de Caixa e Equivalentes	78.427	77.983
Saldo final de Caixa e Equivalentes	94.672	49.191
Variação líquida do caixa	16.245	(28.792)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto Operacional

A Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A ("Companhia ou Energisa SE") - empresa integrante do GRUPO ENERGISA - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 63 municípios no Estado de Sergipe, atendendo a 645.064 consumidores (informação não revisada pelos auditores independentes). A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto e possui sede na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.

As principais obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão conforme ICPC 01 (R1) e ICPC 17, consistem em:

I - Fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, operando a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança na prestação de serviços e modicidade das tarifas;

III - Organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade. É vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador;

IV - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - Implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, através de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações em seu controle acionário que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII - A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

As informações referentes a: revisão e reajustes tarifários, classificação da concessão, receita e prazo de concessão, estão apresentados nas notas explicativas nº 9, 14, 23 e 28, respectivamente.

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias (informações trimestrais)

As informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 08 de novembro de 2012 pelo Conselho de Administração, compreendem:

- As informações contábeis intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 - Interim Financial Reporting e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Companhia não apurou resultados abrangentes no período corrente.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa 2 às Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício findo em

Resultados 3º trimestre de 2012

31 de dezembro de 2011 (doravante denominadas de “Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2011”), publicadas na imprensa oficial em 12 de março de 2012.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB

As informações referentes aos novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB não sofreram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa 3 às Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2011.

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações contábeis individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 63 municípios no Estado de Sergipe e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalente de caixa, aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

a) Caixa e equivalente de caixa

a.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado					
Instituição financeira	Tipo	Vencimento (*)	Remuneração	30/09/2012	31/12/2011
BB Amplo	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	8	-
BICBanco	CDB	27/02/2012	113,0% do CDI	-	14.938
BMG	CDB	24/01/2014	112,0% do CDI	-	7.229
BTG Pactual	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	14	-
CEF	CDB	30/09/2014 a 24/09/2015	100,5% do CDI	17.378	21.748
CEF	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	591	4.256
HSBC	CDB	03/09/2014	98,0% do CDI	451	-
HSBC	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	5.565
Itaú	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	13	48
Mercantil	CDB	22/06/2015	105,0% do CDI	-	2.232
Santander	Debêntures (**)	12/09/2014	104,0% do CDI	60.773	4.941
Santander	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	304	-
Standard Bank	CDB	03/02/2012	109,0% do CDI	-	8.819
Total				79.532	69.776
Caixa e bancos				15.140	8.651
Total caixa e equivalente de caixa				94.672	78.427

b) Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

b.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado					
Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	30/09/2012	31/12/2011
BES	CDB	01/09/2014	104,5% do CDI	94	93
BICBanco	CDB	22/02/2013	115,0% do CDI	14.360	13.341
BMG	CDB	16/12/2013 a 24/01/2014	112,0% do CDI	1.153	1.076
Bradesco	CDB	25/07/2013	99,0% do CDI	250	235
Bradesco	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	2.046	-
Bradesco	Título de capitalização	02/03/2013	Poupança + 0,5% a.m.	74	-
CEF	Poupança	-	Poupança	44	44
BICBanco	Fundo de Investimento em direitos creditórios	-	112,0% do CDI	1.254	-
Itaú	CDB	05/08/2013 a 06/12/2013	100,0% a 101,8% do CDI	564	528
Itaú	Debêntures (**)	27/11/2012 a 06/12/2013	102,0% a 103,1% do CDI	789	739
Itaú	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	574	27
Nordeste	CDB	28/07/2017 a 09/09/2019	90,0% a 99,0% do CDI	11.976	12.525
Pine	CDB	21/06/2013	100,0% do CDI	39	37
Standard Bank	CDB	01/02/2013	100,25% do CDI	5	-
				<u>33.222</u>	<u>28.645</u>
b.2 Aplicações financeiras disponíveis para venda					
Bradesco	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	907
				-	907
b.3 Aplicações financeiras mantidas até o vencimento					
Itaú	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	01/11/2012 a 29/12/2020	100,0% do CDI	3.538	3.744
				<u>3.538</u>	<u>3.744</u>
Total aplicações no mercado aberto e recursos vinculados				<u>36.760</u>	<u>33.296</u>
Circulante				33.222	29.552
Não circulante				3.538	3.744

(*) As datas apresentadas representam os vencimentos dos títulos que lastreiam as aplicações financeiras. Por cláusula contratual, essas aplicações são resgatáveis em até 90 dias pelas taxas contratadas.

(**) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas por CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.

6. Consumidores e concessionárias

Classes de Consumidores	Saldos Vincendos (1)	Vencidos					Total	
		até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias	30/09/2012	31/12/2011
Residencial	11.484	11.393	3.312	1.083	96	12	27.380	31.878
Industrial	12.553	577	69	20	30	1.517	14.766	15.398
Comércio, serviços e outras atividades	13.200	2.567	784	475	657	59	17.742	20.168
Rural	1.280	333	146	38	-	5	1.802	2.602
Poder público:								
Federal	1.283	375	2	-	-	-	1.660	1.367
Estadual	578	169	2	-	-	-	749	617
Municipal	2.275	666	4	-	-	-	2.945	2.424
Iluminação pública	2.801	1.091	67	4	-	-	3.963	2.453
Serviço público	3.484	111	65	-	-	-	3.660	3.609
Subtotal - consumidores	48.938	17.282	4.451	1.620	783	1.593	74.667	80.516
Concessionárias (2)							12.163	13.684
Fornecimento não faturado							11.827	17.686
Outras							11.061	7.936
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa							(5.367)	(4.163)
Total	48.938	17.282	4.451	1.620	783	1.593	104.351	115.659
Circulante							96.807	108.115
Não circulante							7.544	7.544

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 30 de setembro 2012, inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$7.874 (R\$8.068 em 31 de dezembro de 2011), relativos ao período de setembro de 2000 a dezembro de 2011, deduzido das liquidações parciais ocorridas até 30 de setembro de 2012. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo o saldo registrado na rubrica "fornecedores" no passivo circulante é de R\$1.904 (R\$1.001 em 31 de dezembro de 2011) referente a aquisição de energia na CCEE e R\$475 (R\$312 em 31 de dezembro de 2011) de encargos do serviços do sistema, conforme demonstrados a seguir:

<u>Composição dos créditos da CCEE</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002	6.387	6.387
Créditos vencidos (*)	1.487	1.681
	<u>7.874</u>	<u>8.068</u>
(-) Aquisição de energia na CCEE	(1.904)	(1.001)
(-) Encargos de serviços no sistema	(475)	(312)
	<u>5.495</u>	<u>6.755</u>

(*) A Companhia possui provisão para crédito de liquidação duvidosa de R\$1.487.

As transações ocorridas a partir de julho/2003, estão sendo liquidadas após 45 dias do mês de competência.

Os valores da energia no curto prazo que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos a modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movido por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a

Resultados 3º trimestre de 2012

comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados.

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

7. Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida, que na sua grande maioria são atualizados com base na variação do IGPM. Determinadas operações que foram renegociadas com taxas diferentes a praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados ao valor presente, com base em taxas de juros específicas que refletem a naturezas destes ativos (IGPM).

Os saldos em 30 de setembro de 2012, estão demonstrados como se segue:

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Títulos de créditos a receber	24.572	24.047
Ajuste a valor presente	(929)	(2.891)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	<u>(13.060)</u>	<u>(8.732)</u>
	<u>10.583</u>	<u>12.424</u>
Circulante	8.181	10.014
Não circulante	2.402	2.410

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 30 de setembro de 2012, os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

	<u>30/09/2012</u>
Vencidos	13.060
2012	4.931
2013	2.184
2014	1.691
2015	1.362
2016	761
2017	560
2018 em diante	<u>23</u>
Subtotal	24.572
Ajuste a valor presente	<u>(929)</u>
	<u><u>23.643</u></u>

8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

<u>Movimentação das provisões</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo inicial	12.895	11.633
Provisões constituídas no exercício	6.672	3.861
Reversão de provisões no exercício	<u>(1.140)</u>	<u>(2.599)</u>
Saldo - circulante	<u>18.427</u>	<u>12.895</u>
Consumidores e concessionárias	5.367	4.163
Títulos de créditos a receber	13.060	8.732

Resultados 3º trimestre de 2012

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL, a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes:

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais de 360 dias.
- Títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão dos valores vencidos e vincendos.

9. Revisão e reajuste tarifário

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores às tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 5 anos sendo a próxima revisão em abril de 2013.

Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Reajustes tarifários:

Em 17 de abril de 2012, por meio da Resolução nº 1.278, foi homologado o reajuste tarifário da Companhia em vigor desde 22 de abril de 2012. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi de 4,97%.

10. Baixa renda e outros créditos

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Baixa renda	9.469	4.320
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	12.859	12.447
Ordens de serviço em curso - outros	3.971	2.200
Ordens de desativação em curso	-	(107)
Outros	20.867	18.255
	<u>47.166</u>	<u>37.115</u>

Segue a movimentação do baixa renda:

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo - inicial	4.320	4.451
Subvenção Baixa Renda	26.770	23.654
Ressarcimento pela Eletrobrás	(24.953)	(23.785)
Contas a receber Eletrobrás	<u>3.332</u>	<u>-</u>
Saldo - final - circulante	<u>9.469</u>	<u>4.320</u>

Esses créditos referem-se a subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 KWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. Os saldos ainda não ressarcidos estão registrados no balanço patrimonial na rubrica "baixa renda e outros créditos" no ativo circulante. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

11. Impostos a recuperar

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	15.276	15.190
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	490	1.903
Imposto de Renda - IRPJ	3.671	2.012
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	402	389
PIS e COFINS	22.659	19.008
Outros	<u>2.180</u>	<u>1.993</u>
	<u>44.678</u>	<u>40.495</u>
Circulante	27.266	24.154
Não circulante	17.412	16.341

12. Transações com partes relacionadas

A controladora Energisa S/A presta serviços administrativos a Companhia, os quais foram efetuados em condições usuais de mercado e estão suportados por contratos aprovados pela ANEEL. As transações efetuadas no período findo em 30 de setembro de 2012 e 2011 montaram em R\$9.168 e R\$8.736, respectivamente. O saldo a pagar registrado na rubrica fornecedores monta em R\$1.024 (R\$921 em 31 de dezembro de 2011).

	<u>ESA</u>	<u>01/09/2012 a 30/09/2012</u>	<u>01/09/2011 a 30/09/2011</u>
Prestação de serviços	9.168	9.168	8.736
	<u>ESA</u>	<u>01/07/2012 a 30/09/2012</u>	<u>01/07/2011 a 30/09/2011</u>
Prestação de serviços	3.072	3.072	2.945

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Soluções S/A, Energisa Comercializadora Ltda., Energisa Serviços Aéreos S/A, Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda., Energisa Geração Rio Grande S/A, Termosergipe S/A, Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunim, Energisa Geração Usina Mauricio, as empresas eólicas (Renascenças I, II, III e IV, Ventos do São Miguel Energias Renováveis e Parque Eólico Sobradinho), (empresas ligadas da Companhia).

Remuneração dos administradores

Em 30 de setembro de 2012, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$565 (R\$526 em 30 de setembro de 2011) e da Diretoria foi de R\$1.227 (R\$1.337 em 30 de setembro de 2011).

Resultados 3º trimestre de 2012

2011). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$213 (R\$221 em 30 de setembro de 2011). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$328 (R\$355 em 30 de setembro de 2011).

Em 30 de setembro de 2012, a maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes, relativas ao mês de setembro, foram de R\$40 e R\$3 (R\$42 e R\$3 em 30 de setembro de 2011), respectivamente. A remuneração média em 30 de setembro de 2012 foi de R\$12 (R\$13 em 30 de setembro de 2011).

Na AGO de abril de 2012, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2012 em R\$4.209.

13. Impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como diferenças temporárias, registrados segundo as normas dos CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

A seguir está apresentada a estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos. As projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos, foram aprovados pelos Conselhos de Administração.

<u>Período</u>	<u>Realizações de Créditos fiscais</u>
2012	884
2013	1.817
2014	1.817
2015	1.817
2016	1.817
2017 a 2021	8.435
Total	16.587

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	<u>01/07/2012 à 30/09/2012</u>	<u>01/01/2012 à 30/09/2012</u>	<u>01/07/2011 à 30/09/2011</u>	<u>01/01/2011 à 30/09/2011</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.397	52.275	13.725	39.541
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(815)	(17.774)	(4.667)	(13.444)
Ajustes:				
Exclusões - Incentivo fiscal - SUDENE (*)	2.387	10.035	2.315	7.986
Outras exclusões	2	603	176	302
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>1.574</u>	<u>(7.136)</u>	<u>(2.176)</u>	<u>(5.156)</u>
Alíquota efetiva	<u>-</u>	<u>13,6%</u>	<u>15,9%</u>	<u>13,04%</u>

(*) Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo SUDENE- auferidos em 30 de setembro de 2012, no montante de R\$10.035 (R\$7.986 em 30 de setembro de 2011) foi registrado diretamente na demonstração de resultado do exercício na rubrica "imposto de renda" de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

A Companhia possui redução do imposto de renda e adicionais até o exercício de 2013. O referido benefício fiscal consiste de redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ativo		
Prejuízo fiscal	-	1.179
Base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro	-	539
Diferenças temporárias (1)		
Imposto de Renda	12.308	13.360
Contribuição Social	4.279	4.658
Total - não circulante	<u><u>16.587</u></u>	<u><u>19.736</u></u>

(1) Essas diferenças temporárias se referem principalmente a provisões e resultado de operações de swaps.

14. Contas a receber da concessão

A Companhia possui saldo de R\$121.301 (R\$34.021 em 31 de dezembro de 2011) no não circulante referente a crédito a receber do Poder Concedente relacionado ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados. Estes ativos financeiros são avaliados com base no valor residual histórico dos ativos vinculados à concessão e que serão reversíveis ao Poder Concedente no final da concessão.

A ANEEL emitiu em 7 de fevereiro de 2012, a Resolução Normativa nº 474, que estabeleceu nova vida útil econômica para os ativos vinculados à concessão, convertidas em taxas anuais de depreciação, com aplicação retroativa a 1º de janeiro de 2012.

No entendimento da Administração da Companhia esse fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados.

Em virtude de o ICPC 01 (IFRIC 12) ser omissivo sobre o tratamento contábil dessa situação, a Administração exerceu seu julgamento na aplicação de uma política contábil que refletisse a essência econômica dessa alteração e representasse adequadamente a posição patrimonial, conforme requerido pelo CPC 23 (IAS 8), item 10.

Como resultado dessa análise, o acréscimo no saldo do ativo financeiro indenizável, no valor de R\$ 45.041, apurado em 1º de janeiro de 2012, foi registrado em contrapartida ao saldo do ativo intangível, para refletir a nova parcela que será recuperada diretamente do Poder Concedente no final da concessão. Como decorrência desse registro contábil ocorreu uma redução equivalente no saldo do ativo intangível para adequar a parcela que será recuperada através da prestação dos serviços outorgados (venda de energia).

Esse direito está classificado como empréstimos e recebíveis no não circulante. Em 30 de setembro de 2012, o saldo dessa rubrica monta:

<u>Movimentação</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo - inicial	34.021	22.673
Adições	43.261	11.348
Resolução Normativa nº 474	45.041	-
Baixas	(1.022)	-
Saldo - final - não circulante	<u><u>121.301</u></u>	<u><u>34.021</u></u>

15. Intangível

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Contrato de concessão e estudos e projetos	239.091	295.984
Direito de concessão	337.495	351.138
Total	<u><u>576.586</u></u>	<u><u>647.122</u></u>

Resultados 3º trimestre de 2012

a) Contrato de concessão

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

	31/12/2011	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	30/09/2012
Em Serviço						
Custo	722.459	-	66.699	(77.276)	-	711.882
Amortização	(301.151)	-	-	7.257	(22.982)	(316.876)
Subtotal	421.308		66.699	(70.019)	(22.982)	395.006
Em Curso (*)	80.842	73.603	(66.699)	(48.916)	-	38.830
Total	502.150	73.603	-	(118.935)	(22.982)	433.836
Obrigações vinculadas à concessão						
Em Serviço						
Custo	156.971	-	18.007	(16.110)	-	158.868
Amortização	(25.099)	-	-	-	(5.232)	(30.331)
Subtotal	131.872		18.007	(16.110)	(5.232)	128.537
Em Curso (*)	74.294	15.576	(18.007)	(5.655)	-	66.208
Total	206.166	15.576	-	(21.765)	(5.232)	194.745
Total	295.984	58.027	-	(97.170)	(17.750)	239.091

(*) As baixas em curso, referem-se às transferências para contas a receber da concessão.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações, são vinculadas ao serviço público de energia, não podendo ser retiradas, alienadas, cedidas ou dadas em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média de amortização utilizada é de (3,70%).

A partir da segunda revisão tarifária periódica, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de amortização dos ativos.

O saldo do intangível está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	30/09/2012	31/12/2011
Contribuições do consumidor	85.409	73.311
Participação da União - recursos CDE	132.617	131.379
Participação do Governo do Estado	43.081	40.918
Reserva para reversão	302	302
(-) Amortização acumulada	(35.391)	(25.099)
Total	226.018	220.811
Alocação:		
Contas a receber da concessão	31.273	14.645
Infraestrutura - Intangível em serviço	128.537	131.872
Infraestrutura - Intangível em curso	66.208	74.294
Total	226.018	220.811

- As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.
- As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da

Resultados 3º trimestre de 2012

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

- A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2012 e 2011 a Companhia efetuou a transferência de encargos financeiros para o Intangível em curso, conforme abaixo:

	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Encargos financeiros contabilizados no resultado	39.592	35.158
(-) transferência para o intangível em curso (*)	(4.108)	(2.627)
Efeito líquido no resultado	<u>35.484</u>	<u>32.531</u>

(*) Conforme CPC20 a Companhia utilizou a taxa média ponderada para apropriação dos custos dos empréstimos aos ativos não diretamente vinculados e a taxa efetiva para os ativos específicos.

b) Direito de concessão

O ágio incorporado pela Companhia está sendo amortizado a partir de abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica - dezembro de 2027, tomando-se por base as curvas de rentabilidade projetadas. A amortização do ágio gera um benefício fiscal da ordem de 34%. Em 30 de setembro de 2012, a previsão de amortização do ágio e do benefício fiscal é como segue:

<u>Período de amortização</u>	<u>Saldo</u>	<u>Redução do imposto de renda e contribuição social</u>
2012 e 2013	23.240	7.901
2014 e 2015	38.899	13.226
2016 e 2017	40.920	13.913
2018 e 2019	42.935	14.598
2020 e 2021	44.940	15.280
2022 e 2023	46.924	15.954
2024 em diante	99.637	33.876
Total	<u>337.495</u>	<u>114.748</u>

A movimentação está apresentada a seguir:

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo - inicial	351.138	368.828
Amortização no período/exercício	(13.643)	(17.690)
Saldo - final	<u>337.495</u>	<u>351.138</u>

16. Fornecedores

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Suprimento (1):		
CCEE	1.904	1.001
Contratos Bilaterais (1)	34.375	33.514
Uso de rede básica (1)	4.189	3.574
Conexão à rede (1)	348	304
Materiais, serviços e outros (2)	10.578	11.037
	<u>51.394</u>	<u>49.430</u>
Circulante	49.464	47.620
Não Circulante	1.930	1.810

(1) Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(2) Refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

17. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
		Circulante	Não Circulante	30/09/2012	31/12/2011	
Em moeda nacional						
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	63	2.193	-	2.256	13.154	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	78	-	15.000	15.078	15.135	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	12	153	496	661	785	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	46	421	2.138	2.605	2.955	
Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	67	512	2.592	3.171	3.506	
Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	8	62	402	472	455	
Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	2	26	262	290	286	
Eletrobrás - Subtransmissão	84	3.141	3.058	6.283	6.123	
Eletrobrás - Luz no Campo	-	-	-	-	190	
Eletrobrás - Devolução LPT	-	7.324	-	7.324	16.478	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	16	796	-	812	4.758	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	21	2.229	9.408	11.658	13.537	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	1.553	3.795	4.639	9.987	11.280	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	128	3.335	19.737	23.200	23.642	
Banco Itaú BBA - FINAME	51	397	4.739	5.187	3.138	
Financiamento INERGUS PO	-	6.605	22.142	28.747	23.430	
Financiamento INERGUS PSI	-	7.008	19.641	26.649	23.518	
Total em moeda nacional	2.129	37.997	104.254	144.380	162.370	
(-) custos de captação incorridos na contratação	(12)	(86)	(735)	(833)	(791)	
Em moeda estrangeira						
NOTES UNITS	4.924	217.449	-	222.373	211.484	(2)
Bank of America Merrill Lynch	53	-	60.918	60.971	-	
Total em moeda estrangeira	4.977	217.449	60.918	283.344	211.484	
(-) custos de captação incorridos na contratação	-	(3.623)	-	(3.623)	(6.299)	
Total	7.094	251.737	164.437	423.268	366.764	

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$15.514 (R\$16.269 em 31 de dezembro de 2011), registrados na rubrica, "recursos vinculados" no ativo circulante e não circulante.

(1) O contrato relativo às NOTES UNITS, possui cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de setembro de 2012, as exigências contratuais foram cumpridas. Os referidos contratos possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiro derivativo.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Resultados 3º trimestre de 2012

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 30 de setembro de 2012:

Operação	Características da Operação			Prazo Médio meses	Custo da Dívida			Ref
	Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Tx de Juros aa	TIR (Taxa efetiva de juros)	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II	nov-2012	mensal	Recebíveis	1	CDI	+ 0,8%	1,08%	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	81	CDI	+ 0,7%	0,83%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	out-2016	mensal	Recebíveis	25	RGR	+ 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	abr-2018	mensal	Recebíveis	34	RGR	+ 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	out-2019	mensal	Recebíveis	41	RGR	+ 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	jul-2022	mensal, após jul.2012	Recebíveis	57	RGR	+ 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	out-2022	mensal, após out.2012	Recebíveis	61	RGR	+ 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Subtransmissão	mar-2016	mensal	Recebíveis	17	RGR	+ 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz no Campo	jul-2012	mensal	Recebíveis	1	RGR	+ 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Devolução LPT	jan 2013	mensal	-	3	Selic Acumulada			
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2005-2006 (FNE)	nov-2012	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	1	pré-fixado	7,9%	7,9%	(2)
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	30	pré-fixado	8,3%	8,48%	(2)
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	19	TJLP	+ 4,0%	4,2%	(2)
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2009-2010 (FNE)	ago-2019	mensal, após ago.2012	Recebíveis + Fundo Reserva	42	pré-fixado	8,4%	8,4%	(2)
Banco Itaú BBA - FINAME	Ate fev-2021	mensal	Aval Energisa S/A	53	pré-fixado	De 4,5% a 5,5%	4,5% a 5,5%	
Financiamento INERGUS - PO	mar-2029	mensal	Fiança Energisa S/A	83	INPC/IPCA	+ 6,0%	6,0%	
Financiamento INERGUS - PSI	set-2021	mensal	Fiança Energisa S/A	46	INPC/IPCA	+ 6,0%	6,0%	
NOTES UNITS	jul-2013	final	-	10	Dólar	+ 10,5%	10,94%	(1)
Bank of America Merrill Lynch	set-2015	final	Aval Energisa S/A	36	Libor	+ 2,45%	2,45%	

(1) Possui Swap.
(2) Considera Bônus de adimplemento 25% e 15% sobre juros, para investimentos no semi-árido e fora do semi-árido, respectivamente.

Em 30 de setembro de 2012, os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	<u>30/09/2012</u>
2013	3.443
2014	13.888
2015	74.738
2016	12.865
2017	10.579
Após 2017	<u>48.924</u>
Total	<u>164.437</u>

Resultados 3º trimestre de 2012

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos períodos subsequentes é como segue:

Contratos	2012	2013	2014	2014 em diante	30/09/2012
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	23	-	-	-	23
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	11	-	-	182	193
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	9	33	30	74	146
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	7	27	25	61	120
NOTES UNITS	2.915	708	-	-	3.623
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	-	15	59	277	351
	2.965	783	114	594	4.456

18. Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características das debêntures:

	1ª Emissão (1)	2ª Emissão	Total
Tipo de emissão	Pública	Pública	
Data de emissão	08/11/2007	15/12/2009	
Data de vencimento	08/11/2015	15/12/2014	
Garantia	Quirografia com fiança da Energisa S/A	Quirografia	
Rendimentos	Varição Cambial + 8,85% a.a	CDI + 1,9% a.a	
TIR (taxa efetiva de juros)	Varição cambial + 8,90% a.a.	CDI + 1,96% a.a.	
Quantidade de títulos	42.000	60.000	
Valor na data de emissão	73.248	60.000	
Títulos em circulação	42.000	60.000	
Carência de Juros	6 meses	6 meses	
Data de repactuação	-	15/12/2012	
Amortizações/parcelas	3 anuais	Final	
Saldos em 30/09/2012 (2)	88.097	61.382	149.479
Circulante	3.193	1.676	4.869
Não circulante	84.904	59.691	144.610
Saldos em 31/12/2011 (2)	79.548	60.010	139.558
Circulante	1.160	319	1.479
Não circulante	78.388	59.691	138.079

(1) Possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos

(2) Deduzido de R\$736 (R\$766 em 31 de dezembro de 2011) referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de setembro de 2012 as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 30 de setembro de 2012 as debêntures têm seus vencimentos assim programados:

	30/09/2012
2013	28.301
2014	88.008
2015	28.301
Total	144.610

Resultados 3º trimestre de 2012

Os custos de captações de debêntures a serem amortizados nos períodos subsequentes é como segue:

	<u>1ª Emissão</u>	<u>2ª Emissão</u>	<u>30/09/2012</u>
2012	197	99	296
2013	177	113	290
2014	37	113	150
	<u>411</u>	<u>325</u>	<u>736</u>

Clausulas de repactuação:

Descrição	Empresa	Data de Repactuação/ Resgate Antecipado/ Facultativo	Prêmio	Condições
Debêntures 1ª emissão	Energisa Sergipe	A qualquer tempo a partir do sexto ano, inclusive, a contar da Data de Emissão	Não há	A Emissora poderá promover o resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures, a qualquer tempo a partir do sexto ano, inclusive, a contar da Data de Emissão.
Debêntures 2ª emissão	Energisa Sergipe	15 de dezembro de 2012	Não há	O conselho de administração deverá deliberar sobre as condições de repactuação das Debêntures, as quais deverão ser comunicadas pela Companhia aos Debenturistas

19. Tributos e contribuições sociais

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
ICMS	13.336	14.429
Encargos Sociais	1.471	1.139
IRPJ	4.420	4.968
CSSL	3.487	4.362
PIS/COFINS	11.018	10.354
Outros	2.427	1.201
Total	<u>36.159</u>	<u>36.453</u>
Circulante	29.144	29.290
Não circulante	7.015	7.163

20. Parcelamento de impostos

<u>Descrição</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Benefício da Lei 11.941/2009 - Refis IV	7.775	9.072
Número de parcelas	54	63
Parcelamento ICMS	-	35
Número de parcelas	-	4

A Companhia aderiu ao programa do Novo REFIS instituído pela Lei 11.941/2009, o qual está sendo liquidado pela prestação mínima até a consolidação dos débitos.

Em 30 de setembro de 2012, o saldo desse parcelamento é no montante de R\$ 7.775 (R\$ 9.072 em 31 de dezembro de 2011).

Resultados 3º trimestre de 2012

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o saldo dos impostos parcelados no consolidado está assim programada:

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
2012	1.019	2.078
2013	1.747	1.654
Após 2013	<u>5.009</u>	<u>5.375</u>
Total	<u>7.775</u>	<u>9.107</u>
Circulante	1.747	2.078
Não circulante	6.028	7.029

21. Provisões para riscos trabalhistas, civis e fiscais:

A Administração da ENERGISA SE, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas, civis e fiscais, como segue:

	<u>Saldo inicial 31/12/2011</u>	<u>Provisões constituídas</u>	<u>Reversões de provisões</u>	<u>Atualização</u>	<u>Saldo final 30/09/2012</u>
Trabalhistas	15.021	2.217	(2.025)	621	15.834
Cíveis	5.208	149	(1.126)	185	4.416
Total	<u>20.229</u>	<u>2.366</u>	<u>(3.151)</u>	<u>806</u>	<u>20.250</u>
Depósitos e cauções vinculados (*)	(13.227)	(1.517)	866	(695)	(14.573)

(*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$22.005 (R\$20.844 em 31 de dezembro de 2011), sendo que R\$7.432 (R\$7.617 em 31 de dezembro de 2011) não foram constituídas provisões, pelo fato do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

Perdas prováveis

Trabalhistas

A assessoria jurídica da Companhia, baseada na posição de advogados externos, quando aplicável, atualizou a revisão dos processos trabalhistas em andamento e, concluiu que a provisão deveria ser complementada em R\$2.217 (R\$3.565 em 31 de dezembro de 2011) e revertida no montante no R\$2.025 (R\$5.582 em 31 de dezembro de 2011).

A maioria dessas ações tem por objeto pedido de horas extras, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais/legais.

Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia.

Em 30 de setembro de 2012 foi registrado complemento de provisões no montante de R\$149 (R\$2.066 em 31 de dezembro de 2011) e reversão de provisões de R\$1.126 (R\$ 2.119 em 31 de dezembro de 2011).

Perdas Possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, civis e fiscais em andamento em um montante de R\$59.610 (R\$96.323 em 31 de dezembro de 2011), cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente as ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas

Referente a reclamações trabalhistas no montante de R\$6.800 (R\$8.358 em 31 de dezembro de 2011), que têm por objeto a cobrança de verbas contratuais/legais por responsabilidade subsidiária de empresas terceirizadas, bem como a cobrança de contribuição sindical.

Cíveis

Esses processos, no montante de R\$24.095 (R\$18.119 em 31 de dezembro de 2011), têm por objeto pedido relacionados a indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores envolvendo débitos de energia.

Fiscais

Referem-se a processos, no montante de R\$28.715 (R\$ 69.846 em 31 de dezembro de 2011), que têm por objeto pedido relacionados a diferenças de tributos e contribuições - IRPJ/CSLL/PIS/COFINS/INSS.

22. Patrimônio Líquido

22.1 Capital Social

O capital social subscrito e integralizado está representado por 122.147 ações ordinárias e 73.373 ações preferenciais. As ações preferenciais não possuem direito de voto e tem prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia e na distribuição de dividendos mínimos, não cumulativos, de 10% a.a sobre o capital próprio atribuído a essa espécie de ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2012, foi aprovado aumento de capital da Companhia em R\$10.131, sem emissão de novas ações, mediante capitalização do saldo acumulado até 31 de dezembro de 2011 da Reserva de incentivo fiscal - Redução de Imposto de Renda, passando o capital social para 329.371 (R\$319.239 em 31 de dezembro de 2011).

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 450 mil ações, sendo até 150 mil ações ordinárias e até 300 mil ações preferenciais, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

A Companhia adquiriu, para permanência em tesouraria, conforme autorizado pelo seu Conselho de Administração, 11 ações ordinárias de sua própria emissão, que se encontram registradas na rubrica "ações em tesouraria", no patrimônio líquido pelo valor de R\$18. Por se tratar de uma subsidiária integral as ações da Companhia não possuem valor de mercado.

22.2 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15/12/76.

O Conselho de Administração deliberou em 14 de fevereiro de 2012 o pagamento dos dividendos adicionais no montante de R\$15.768 (R\$80,65 por ação), em 31 de março de 2012.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 09 de agosto de 2012, a distribuição de dividendos intercalares à conta dos resultados do primeiro semestre do corrente exercício, no montante de R\$28.980 (R\$148,23 por ação ordinária e preferencial), pagos a partir de 17 de agosto de 2012.

Resultados 3º trimestre de 2012

23. Receitas operacionais

	30/9/2012				30/9/2011			
	Não revisado pelos auditores independentes		01/07/2012 à 30/09/2012	01/01/2012 à 30/09/2012	Não revisado pelos auditores independentes		01/07/2011 à 30/09/2011	01/01/2011 à 30/09/2011
	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$
Residencial	578.365	633.081	95.853	302.336	554.702	604.976	83.754	253.632
Industrial	2.708	237.814	23.514	81.547	2.750	263.155	29.312	79.528
Comercial	38.636	360.835	54.081	167.486	35.214	331.888	48.009	143.146
Rural	18.029	77.960	4.493	16.467	17.592	57.680	3.686	12.714
Poder Público:								
Federal	113	22.959	2.928	9.003	110	22.602	2.673	8.173
Estadual	4.601	46.827	6.080	18.695	4.545	46.101	5.552	16.973
Municipal	766	22.032	2.861	8.797	756	21.690	2.613	7.987
Iluminação Pública	606	110.406	7.655	20.971	560	105.380	6.612	18.862
Serviço Público	1.170	159.022	10.676	31.747	1.142	148.869	9.556	28.231
Consumo Próprio	50	2.167	-	-	48	2.218	-	-
Subtotal	645.044	1.673.103	208.141	657.049	617.419	1.604.559	191.767	569.246
Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão	-	-	1.920	3.853	-	-	687	1.917
Suprimento	2	191.580	5.202	17.046	2	242.396	5.176	16.088
Fornecimento não faturado (líquido)	-	(7.300)	(1.846)	(5.858)	-	(6.659)	(2.341)	(818)
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	-	-	13.922	39.779	-	-	13.501	35.715
Venda de energia a consumidores livres	18	-	-	-	9	-	-	-
Receita de Construção	-	-	26.580	64.117	-	-	17.531	46.094
Outras receitas operacionais	-	-	2.898	9.436	-	-	(212)	10.356
Total - receita operacional bruta	645.064	1.857.383	256.817	785.422	617.430	1.840.296	226.109	678.598
Deduções da receita operacional								
ICMS	-	-	43.805	137.542	-	-	40.110	119.219
PIS	-	-	3.802	11.900	-	-	3.474	10.562
COFINS	-	-	17.508	54.810	-	-	16.001	48.651
ISS	-	-	35	105	-	-	34	136
Quota para RGR	-	-	1.441	6.147	-	-	1.505	4.343
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	781	2.377	-	-	697	2.123
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	1.434	4.303	-	-	1.274	3.821
Conta de Desenvolvimento Energético - CCC	-	-	4.442	17.470	-	-	7.551	21.877
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	1.249	3.803	-	-	1.115	3.396
Total	-	-	74.497	238.457	-	-	71.761	214.128
Total - receita operacional líquida	645.064	1.857.383	182.320	546.965	617.430	1.840.296	154.348	464.470

24. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das informações contábeis intermediárias e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

<u>Ramos</u>	<u>Data de Vencimento</u>	<u>Importância Segurada</u>	<u>Prêmio Anual 30/09/2012 e 31/12/2011</u>
Riscos Nomeados	09/11/2012	27.100	160
Responsabilidade Civil Geral	09/11/2012	33.953	163
		até R\$200 /	
Automóveis - Danos Materiais e Corporais a Terceiros	23/10/2013	veículo	84
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	31/12/2012	47.517	195
			<u>602</u>

Riscos Nomeados

Na apólice contratada foram destacadas as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de Bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil

Apólice contratada na modalidade GERIP, possui cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Empresa.

Automóveis

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

25. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	30/09/2012		31/12/2011	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
ATIVO				
Caixa e equivalente de caixa	94.672	94.672	78.427	78.427
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	36.760	36.760	33.296	33.296
Consumidores e concessionárias	104.351	104.351	115.659	115.659
Títulos de créditos a receber e outros	10.583	10.583	12.424	12.424
Conta a receber da concessão	121.301	121.301	34.021	34.021
PASSIVO				
Fornecedores	(51.394)	(51.394)	(49.430)	(49.430)
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	(572.747)	(579.972)	(506.322)	(537.897)

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis:

Inclui clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados:

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimento são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, avaliações a mercado e/ou taxas de juros efetiva.

Passivos financeiros pelo custo amortizado:

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas e debêntures

Tais instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos, obtidos em moeda nacional, junto às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, BNB e BNDES se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. No caso dos empréstimos dos BONDS, Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios e a 1ª e 2ª emissão de debêntures, o valor contábil difere do valor justo, em face de existir um mercado de negociação para os títulos.

Derivativos

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para

Resultados 3º trimestre de 2012

produzir a estimativa do valor justo mais adequado. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações do valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando proteção contra efeitos adversos sobre suas dívidas em dólar.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- **Limitações**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequado. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia, portanto fixou limites de atuação, com montantes e indicadores pré-estabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (disponível no website da Companhia) e no regimento interno da diretoria da Companhia. A diretoria tem como prática reportar mensalmente o desempenho orçamentário e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A política de administração de risco da Companhia foi estabelecida a fim de identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” foi estabelecida em 11 de maio de 2009 e teve sua primeira revisão em 27 de abril de 2010 e em 24 de fevereiro de 2011, a qual se encontra disponível no website da Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significantes nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	49.464	-	-	-	1.930	51.394
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	43.531	244.246	232.478	85.893	98.189	704.337
Total	92.995	244.246	232.478	85.893	100.119	755.731

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez e percepção de risco aderente à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". A política também privilegia a alocação dos recursos em aplicações de curto prazo e, sempre que possível, com liquidez diária. Conta ainda com a supervisão do Comitê de Auditoria do Conselho de Administração, constituído no primeiro trimestre de 2010.

O risco de crédito da Companhia é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, estão sujeitas às modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias foi:

	30/09/2012	31/12/2011
Caixa e equivalente de caixa	94.672	78.427
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	36.760	33.296
Consumidores e concessionárias	104.351	115.659
Títulos de créditos a receber e outros	10.583	12.424
Conta a receber da concessão	121.301	34.021

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 7 e 14.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº17, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos Agentes de fomento nacionais (Eletrobrás, Banco do Nordeste e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais.

A taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por esses Agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face de seus negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações em função dos efeitos da volatilidade, do

Resultados 3º trimestre de 2012

cupom cambial e da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano, que encerrou o período findo em 30 de setembro de 2012, com alta de 8,25% sobre 31 de dezembro de 2011, cotado a R\$2.0306/ USD.

Do montante das dívidas bancárias de emissões da Energisa SE em 30 de setembro de 2012 de R\$577.939 (R\$514.178 em 31 de dezembro de 2011), R\$371.852 (R\$291.458 em 31 de dezembro de 2011) estão representados em dólares pela emissão internacional de Notes Units, cujo saldo em circulação no final do período, incluindo juros, era de US\$109,5 milhões (US\$107,1 milhões de principal); ii) US\$43,4 milhões (US\$42 milhões de principal); e (iii) empréstimo capitado junto ao Bank of America Merrill Lynch, cujo saldo no final do período, incluindo juros monta em US\$30 milhões.

As notas têm vencimento em 19 de julho de 2013 e custo de US\$ + 10,5% ao ano. As debêntures incorrem ao custo de US\$ + 8,85% ao ano, e também, possuem vencimento de longo prazo, em três parcelas anuais, sendo a última prestação em 8 de novembro de 2015. O empréstimo tem vencimento em 21 de setembro de 2015 e custo de US\$ + (LIBOR + 2,45% aa) ao ano.

O balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 apresenta no ativo não circulante o valor R\$13.968 (R\$6.359 em 31 de dezembro de 2011) e R\$16.089 em 31 de dezembro de 2011 no passivo circulante, a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se tratam de valores materializados, pois reflete os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. A medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão do lançamento de marcação a mercado ora refletido nas informações contábeis intermediárias. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade do cupom cambial e da cotação do dólar, poderão implicar no aumento do valor ora contabilizado.

A Energisa SE possui proteção contra efeitos adversos sobre os financiamentos atrelados à variação cambial, conforme mencionados acima. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

1. Proteção para o montante equivalente a US\$42 milhões de principal e US\$7,5 milhões de juros através de série de swaps cambiais com limitadores de taxa de câmbio entre R\$/US\$2,691 (Nov-12) e R\$/US\$ 2,61 (Nov-13) pelo prazo até 08/11/2013, visando a proteção da emissão de debêntures contra variação cambial adversa, realizando assim um swap do custo de US\$ + 8,85% a.a. por 120,6% da variação do CDI, protegendo os pagamentos de juros previstos para 08/11/2012 até 08/11/2013 bem como o valor do principal nesta última data.
2. Proteção para o montante equivalente a US\$107,1 milhões de principal e US\$22,8 milhões de juros através de séries de Swaps Cambiais com limitadores de taxa de câmbio entre R\$/US\$ 2,7150 (Jul-12) e R\$/US\$ 2,58 (Jul-2013) pelo prazo até 19/07/2013, referente emissão internacional de Notes Units. A operação reflete um Swap do custo do US\$ + 10,5% a.a. por 131,5% da variação do CDI, protegendo os pagamentos semestrais de juros previstos de 19/07/2012 até 19/07/2013 bem como o valor do principal nesta última data.
3. Proteção para o montante equivalente a US\$ 30 milhões de principal e de juros através de séries de Swaps Cambiais com limitador de taxa de câmbio de R\$/US\$ 2,90 e pelo prazo até 21/09/2015, referente ao empréstimo capitado junto ao Bank of America Merrill Lynch. A operação reflete um Swap do custo do US\$ + (LIBOR + 2,45% aa) ao ano por 100% da variação do CDI, protegendo os pagamentos semestrais de juros previstos de 21/12/2012 até 21/09/2015 bem como o valor do principal nesta última data.

No período, os mecanismos de proteção cambial auferiram um resultado positivo de R\$18.731 (R\$14.882 em 30 de setembro de 2011), decorrente de uma apreciação do dólar.

A Administração da Companhia está atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada e mesmo seus prazos alongados, a depender do

Resultados 3º trimestre de 2012

comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A Administração da Companhia procedeu a substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.

Em consonância com a Deliberação CVM no 550/08, revogada pela Deliberação CVM 603/09, apresentam-se resumidamente abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011:

Instrumentos Financeiros de Derivativos							
	Valor de Referência		Descrição	Valor Justo		Efeito Acumulado	
	30/09/2012	31/12/2011		30/09/2012	31/12/2011	A Receber/ (Recebido)	A Pagar/ (Pago)
	Nocional (BRL)		Posição Ativa				
Swap com opções - Bond e Debênture	230.573	251.010	Moeda Estrangeira-USD	332.723	321.774	-	(1.120)
			Posição Passiva				
			Taxa de Juros CDI	(318.432)	(327.262)	-	-
			Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(501)	(4.242)	-	-
				13.790	(9.730)		
			Posição Ativa				
			Moeda Estrangeira-USD	62.906		-	
Swap com Opções-Merrill Lynch	60.690		Posição Passiva				
			Taxa de Juros CDI	(60.775)		-	-
			Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(1.953)		-	-
				178			

O Valor Justo dos derivativos registrados em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados descritos acima. Esses contratos não prevêem pagamentos intermediários antes da data de vencimento. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possui expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Energisa SE foi calculada utilizando-se metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar foram obtidas de outras fontes de mercado.

Análise de Sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM 475/08 e a Deliberação nº 604/2009, que revogou a Deliberação nº 566/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, com a simulação dos efeitos nas informações contábeis intermediárias futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para data base das informações contábeis intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável)(*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros - Debêntures		US\$	12.402	(9.609)	(31.619)
Swap com Opções:					
Posição Ativa - Moeda Estrangeira - USD	95.052	Alta do	88.332	110.415	132.498
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI	(90.440)	US\$	(90.440)	(90.440)	(90.440)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(298)		-	-	(16.813)
Subtotal	4.314		(2.108)	19.975	25.245
Líquido	4.314		10.294	10.366	(6.374)
Instrumentos financeiros - Bond					
Swap com Opções:			13.254	(42.850)	(98.954)
Posição Ativa - Moeda Estrangeira - USD	237.671	Alta do	224.413	280.516	336.619
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI	(227.991)	US\$	(227.991)	(227.991)	(227.991)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(203)		-	-	(45.804)
Subtotal	9.477		(3.578)	52.525	62.824
Líquido	9.477		9.676	9.675	(36.130)
Instrumentos financeiros - Empréstimos					
Swap com Opções:			10.937	(2.055)	(15.047)
Posição Ativa - Moeda Estrangeira - USD	62.905	Alta do	51.968	64.960	77.952
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI	(60.775)	US\$	(60.776)	(60.776)	(60.776)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(1.953)		-	-	(1.702)
Subtotal	177		(8.808)	4.184	15.474
Líquido	177		2.129	2.129	427
Total	13.968		22.099	22.170	(42.077)

(*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 30 de setembro de 2012, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 30 de setembro de 2012, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente positivo de R\$ 22.099, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, em determinados cenários de deterioração do real frente ao dólar, com 25% e 50% de desvalorização do real, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valores presentes positivo de R\$22.170 e negativo de R\$42.077, respectivamente.

b) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados as taxas de juros de 30 de setembro de 2012 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 7,28% a.a., a TJLP = 6% a.a. e FNE = 8% a.a) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos o resultado financeiro líquido, seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto	116.292	Alta CDI	2.131	2.648	3.157
Instrumentos financeiros passivos:					
	(86.364)	Alta CDI	(1.859)	(2.231)	(2.598)
Empréstimos e financiamentos	(9.988)	Alta TJLP	(295)	(331)	(367)
	(12.470)	Alta FNE	(189)	(236)	(283)
	<u>(371.852)</u>	Alta US\$	<u>(8.169)</u>	<u>(10.211)</u>	<u>(12.253)</u>
Subtotal (**)	<u>(480.674)</u>		<u>(10.512)</u>	<u>(13.009)</u>	<u>(15.501)</u>
Total	<u>(364.382)</u>		<u>(8.381)</u>	<u>(10.361)</u>	<u>(12.344)</u>

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2012 (8,02% a.a.), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de setembro 2012, TJLP 6% a.a e recursos do FNE de 8% a.a. (operações contratadas junto ao Banco do Nordeste, já refletindo bônus de adimplemento).

(**) Não inclui as operações em dólar no valor de R\$371.852.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros	Nível	30/9/2012	31/12/2011
Ativos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	36.760	33.296
Instrumentos financeiros derivativos	2	13.968	6.359
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	(16.089)

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 1 e 3 durante o período em referência e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo período.

26. Benefícios a empregados**a) Plano de suplementação de aposentadoria e pensões**

A Companhia é patrocinadora de plano de benefício previdenciário aos seus empregados, na modalidade de benefício definido. O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros. Os dados da última avaliação estão descritos na nota explicativa nº 33 às informações trimestrais do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

As demais informações referentes aos planos de suplementação de aposentadoria e pensões não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa 33 às Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (doravante denominadas de "Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2011"), publicadas na imprensa oficial em 12 de março de 2012.

No período findo em 30 de setembro de 2012, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$ 3.440, (R\$992 em 30 de setembro de 2011).

b) Plano de saúde

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadora regulada pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados. No período findo em 30 de setembro de 2012 as despesas com esse benefício foram de R\$4.308 (R\$1.514 em 30 de setembro de 2011).

27. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contratos de compra de energia:

<u>Vigência</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>Após 2016</u>
2012 a 2045	319.762	258.827	225.386	231.631	228.863	3.496.381

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final de setembro de 2012, e foram homologados pela ANEEL.

28. Contrato de concessão de distribuição

A Energisa SE assinou em 23 de dezembro de 1997, com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica, com o prazo de concessão até 23 de dezembro de 2027.

Em setembro de 2012, foram editados pelo Governo Federal a Medida Provisória nº 579 e o Decreto nº 7.805, que tratam da redução dos encargos sobre a energia elétrica e criam as regras para renovação antecipada das concessões do serviço público de energia elétrica, vincendas entre 2015 e 2017. A Companhia tem o vencimento da sua concessão em dezembro de 2027.

No entendimento da Administração, as reduções dos encargos setoriais incidentes sobre a energia elétrica não causarão impactos diretos nos resultados da Companhia tendo em vista que a redução da receita terá em contrapartida a redução dos encargos e impostos incidentes sobre vendas.

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.
Aracajú - SE

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional *IAS 34 - "Interim Financial Reporting"*, emitida pelo "*International Accounting Standards Board- IASB*", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - "*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros, e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o *IAS 34*, aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período nove meses findo em 30 de setembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (*"International Financial Reporting Standards - IFRS"*), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Revisão das informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de setembro de 2011 e auditoria das informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011

As informações e os valores correspondentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 9 de novembro de 2011, o qual não conteve nenhuma modificação. As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 8 de março de 2012, o qual não conteve nenhuma modificação.

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "S" SE

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4 "S" SE

Para esclarecimentos e informações adicionais, não hesite em nos contactar:

- ✓ **Maurício Perez Botelho**
Diretor de Relações com Investidores
E-mail: mbotelho@energisa.com.br

- ✓ **Cláudio Brandão Silveira**
Diretor de Finanças Corporativas
E-mail: claudiobrandao@energisa.com.br

- ✓ **Carlos Aurélio Martins Pimentel**
Gerente de Relações com Investidores
E-mail: caurelio@energisa.com.br

- ✓ No Rio de Janeiro (RJ): Av. Pasteur, 110 / 5º e 6º andares
Tel.: (21) 2122-6900 / 6902
Fax: (21) 2122-6980 / 6931

- ✓ Em Cataguases (MG): Praça Rui Barbosa, 80
Tel.: (32) 3429-6226 / 6327 / 6000
Fax: (32) 3429-6317 / 6480

- ✓ Internet: www.energisa.com.br
E-mail: stockinfo@energisa.com.br